



## GT 3: CIÊNCIAS CRIMINAIS E DIREITO PROCESSUAL PENAL

### ATOS INFRACIONAIS E MEDIDA SOCIOEDUCATIVAS NO BRASIL

**Letícia Carla Batista Rosa Jordão**

Doutora, UniFatecie, Professora, leticia.rosa@fatecie.edu.br

**Ana Julia de Oliveira Lott,**

UniFatecie, estudante, lottanajulia@gmail.com

#### INTRODUÇÃO:

O presente trabalho visa abordar questões cruciais relacionadas aos adolescentes em conflito com a lei, com enfoque especial nos atos infracionais e nas medidas socioeducativas. O ato infracional, caracterizado pelo desrespeito às leis, à ordem pública, aos direitos dos cidadãos ou ao patrimônio, quando cometido por crianças ou adolescentes. É importante destacar a diferença entre ato infracional e infração penal. Permitindo nos dizer, que todo ato infracional é uma infração penal, mas nem toda infração penal é um ato infracional.

As medidas socioeducativas são intervenções aplicadas pelo sistema judiciário para lidar com esses atos, visando a ressocialização do adolescente. Elas incluem medidas como advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, cada uma sendo aplicada de acordo com a gravidade do ato e as circunstâncias do adolescente. O objetivo das medidas socioeducativas é promover a responsabilização do adolescente, sua reinserção na sociedade e prevenir a reincidência em atos infracionais.

A compreensão precisa desses atos vai além da simples transgressão da lei, demandando uma análise minuciosa das circunstâncias individuais, familiares e sociais que envolvem cada caso. Por isso, este estudo se propõe a explorar as abordagens adotadas e os desafios enfrentados na aplicação das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes infratores.

Quando um menor de 12 anos comete um ato infracional, são aplicadas medidas de proteção, sendo o Conselho Tutelar responsável pelo acompanhamento do caso. Já no caso de adolescente, a apuração é conduzida pela autoridade policial, com encaminhamento ao Ministério Público para aplicação das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante desse contexto, o estudo se propõe a analisar as principais dificuldades e a eficácia das medidas socioeducativas após a prática de atos infracionais. Além disso, será realizada uma reflexão sobre a aplicação dos princípios da justiça restaurativa na ressocialização de jovens infratores, buscando promover não apenas a punição, mas também a responsabilização e a reintegração social dos adolescentes.

Por fim, este trabalho visa contribuir para o debate e aprimoramento das políticas e práticas voltadas para resolução e prevenção do envolvimento de adolescentes com a prática de atos infracionais, visando constituir uma sociedade mais justa e inclusiva.



**PROBLEMA DE PESQUISA:** O problema de pesquisa a ser abordado neste estudo reside na eficácia das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes infratores, considerando os desafios enfrentados durante o processo de ressocialização e reintegração social. A questão fundamental é compreender até que ponto essas medidas contribuem para a redução da reincidência criminal e para a promoção de uma reintegração efetiva desses jovens à sociedade.

Avaliar a efetividade das intervenções destinadas aos adolescentes que cometeram atos infracionais implica examinar não apenas a aplicação das medidas socioeducativas em si, mas também os fatores que influenciam sua eficácia, como o contexto familiar, social e econômico dos adolescentes, e a qualidade dos programas de ressocialização disponíveis.

O problema de pesquisa é claro, definido e específico, focando diretamente na eficácia das medidas socioeducativas em adolescentes infratores, especialmente no que se refere à redução da reincidência criminal e à reintegração social. Além disso, é relevante tanto para a área de estudo quanto para a sociedade em geral, pois trata de uma questão crucial relacionada à justiça juvenil e ao bem-estar social.

**OBJETIVO:** O objetivo principal deste estudo é analisar as abordagens adotadas e os desafios enfrentados na aplicação das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes em conflito com a lei, com foco especial nos atos infracionais, visando contribuir para a compreensão e o aprimoramento do sistema socioeducativo. Com base no problema de pesquisa apresentado, pretende-se estabelecer objetivos específicos que orientem a realização do projeto.

Primeiramente, será realizado um levantamento das principais medidas socioeducativas aplicadas pelo sistema judiciário para lidar com atos infracionais cometidos por adolescentes. Isso incluirá uma análise detalhada das medidas existentes, como advertência, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, buscando compreender sua aplicação e eficácia na responsabilização e se os objetivos das mesmas são alcançados.

Além disso, será realizada uma análise sobre os princípios da justiça restaurativa e sua aplicação na ressocialização de jovens infratores. Serão identificadas as dificuldades enfrentadas na implementação das medidas, como a superlotação das instituições e a escassez de recursos adequados.

Este estudo busca contribuir para o aprimoramento das políticas e práticas que visam prevenir o envolvimento de adolescentes em atos infracionais, vislumbrando uma sociedade mais justa e capaz de lidar eficazmente com os desafios enfrentados por esses jovens.

**MÉTODOLOGIA:** A metodologia adotada para esta pesquisa tem como propósito aprofundar a compreensão nos atos infracionais e nas medidas socioeducativas e identificar estratégias eficazes de reintegração. De caráter exploratório e descritivo, a abordagem é majoritariamente qualitativa, por meio de pesquisas bibliográficas e estudos existentes.

A coleta de dados consistirá em revisão sistemática da literatura, abrangendo bases acadêmicas e científicas. Além disso, documentos oficiais como leis, serão analisados.



**RESULTADOS ALCANÇADOS:** Através da pesquisa realizada sobre atos infracionais e medidas socioeducativas no Brasil. Ao examinar em profundidade as falhas dessa medida, a aplicação das medidas socioeducativas, como superlotação das instituições, falta de recursos adequados e lacunas no sistema socioeducativo. Os resultados reforçaram a necessidade de reformas estruturais e políticas públicas mais eficazes para atingir os objetivos desta medida socioeducativas sendo a principal a ressocialização dos jovens a sociedade.

Os achados também têm implicações práticas, fornecendo uma base sólida para futuras pesquisas e ações no campo da justiça criminal. Ao disseminar esses resultados, espero contribuir para um debate mais amplo, para o entendimento e aprimoramento do sistema socioeducativo, visando promover a ressocialização e reintegração dos adolescentes infratores na sociedade.

**FONTES FINANCIADORAS:** Não aplicável.

## REFERÊNCIAS:

ATAÍDE, Marlene Almeida De. UM CIDADÃO BRASILEIRO: O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL E A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE. 2002.

BARROSO FILHO, José. Do ato infracional. Jus Navigandi, Teresina, ano, v. 6, 1998.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

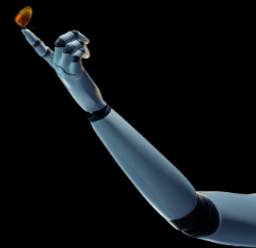
CASTRO, Ana Luiza de Souza. Ato infracional, exclusão e adolescência: construções sociais. 2006. 212 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DOS SANTOS, Joana D.'Arc Cardoso; DE LIMA SEVERINO, Nilce Rodrigues; BRANDÃO, Shyrlene Nunes. Adolescentes autores de ato infracional e as medidas socioeducativas. Universitas: Ciências da Saúde, v. 1, n. 2, p. 183-209, 2003.

FRANCO, Tiago Arantes. JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA.

FREIRE, Muniz. Estatuto da Criança e do Adolescente. (Coleção Método Essencial). [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559645688. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645688/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

MACIE, Katia Regina Ferreira Lobo A. Curso de direito da criança e do adolescente. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2024. E-book. ISBN 9788553621286. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621286/>. Acesso em: 19 abr. 2024.



PADOVANI, Andréa Sandoval et al. Justiça Restaurativa: Uma alternativa na atuação em medidas socioeducativas. Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas, v. 29, n. dossiê JR, p. 1-18, 2021.

SEHN, Amanda Schöffel; PORTA, Daniele Dalla; SIQUEIRA, Aline Cardoso. "Tocar a vida para frente": possibilidades de planos para o futuro de adolescentes que cometeram ato infracional. Adolesc. Saúde (Online), p. 28-34, 2015.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559648030. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648030/>. Acesso em: 18 abr. 2024.